



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU  
PODER EXECUTIVO**

**LEI Nº 170, DE 27 DE SETEMBRO DE 2010.**

Dispõe sobre a regulamentação e a autorização para o exercício da atividade privada de transporte individual de passageiros por meio de motocicletas de aluguel (moto-táxis) no âmbito do Município de Anapu e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Anapu, Estado do Pará.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I**

**DO CONCEITO E DAS DEFINIÇÕES**

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a regulamentação e a autorização para o exercício da atividade particular de transporte individual de passageiros por meio de motocicletas de aluguel (moto-táxis) no âmbito do Município de Anapu.

Art. 2º A atividade de transporte por moto-táxi no âmbito do Município de Anapu tem regime privado, com relevante interesse público, ficando subordinado o seu exercício a uma autorização pública municipal prévia, de caráter precário, destinada a verificar o preenchimento pelo particular dos requisitos legais necessários.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, definem-se como:

I - moto-táxi: veículo tipo motocicleta, qualificado como veículo de aluguel perante o DETRAN/PA, utilizado para o transporte particular individual de passageiros no âmbito do Município de Anapu, mediante autorização do Município;

II - moto-taxista: proprietário e condutor do moto-táxi, devidamente autorizado pelo Município para o exercício da atividade particular de transporte individual de passageiros no âmbito do Município de Anapu;

III - passageiro: indivíduo que se utiliza do serviço de transporte a que se refere esta lei;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU**

### **PODER EXECUTIVO**

IV- autorização prévia: ato administrativo que concede ao interessado uma autorização prévia para o exercício da atividade de moto-taxista, para o fim de apresentação perante o DETRAN/PA, como requisito à obtenção naquele Departamento da qualificação de veículo de aluguel e da respectiva placa vermelha para a motocicleta;

V - autorização: ato administrativo que autoriza definitivamente o interessado a exercer a atividade de moto-taxista no âmbito do Município de Anapu, a partir do reconhecimento do preenchimento de todos os requisitos dispostos em lei;

VI - termo de Autorização: instrumento firmado a partir da autorização, contendo a qualificação do moto-taxista, os dados relativos ao seu moto-táxi, o número da autorização, o ponto em que irá atuar, a forma de fixação da tarifa, os direitos e as obrigações do moto-taxista, as prerrogativas do Município e os direitos dos passageiros e as demais cláusulas e condições que se fizerem necessárias.

VII - credencial: documento emitido pelo Município que comprova a autorização e que deve ser portado pelo moto-taxista sempre que estiver em atividade, cuja apresentação é obrigatória sempre que exigida por autoridade municipal de trânsito ou por agente da polícia militar.

VIII - ponto: local de parada e estacionamento dos moto-táxis durante o exercício de suas atividades;

IX - tarifa: preço fixado pelo Município para o transporte de passageiros pelos moto-taxistas.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS REQUISITOS RELATIVOS AOS CONDUTORES**

Art. 3º Sem prejuízo de outras obrigações legais, o interessado em obter a autorização para atuar como moto-taxista deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ter completado 21 (vinte e um) anos;

II - possuir carteira nacional de habilitação vigente e compatível com a motocicleta a ser utilizada na atividade de moto-táxi há pelo menos 02 (dois) anos;

III - ser aprovado em curso especializado nos termos da regulamentação do CONTRAN;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU**  
**PODER EXECUTIVO**

---

IV - apresentar-se em plenas condições de sanidade física e mental;

V - apresentar Certidões Negativas de Distribuição e de Execução Criminal do foro local;

VI - ser proprietário de motocicleta, dentro das especificações descritas nesta lei, com Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo registrado no Estado do Pará ou possuir contrato de leasing ou financiamento em seu nome; e

VII - estar vestido com colete de segurança dotado de dispositivos retrorrefletivos, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

**CAPÍTULO III**

**DOS REQUISITOS RELATIVOS ÀS MOTOCICLETAS**

Art. 4º As motocicletas destinadas ao serviço de moto-táxi devem atender aos seguintes requisitos:

I - estar com a documentação rigorosamente completa e atualizada;

II - ter potência mínima de motor de 125 (cento e vinte e cinco) até 250 (duzentas e cinquenta) cilindradas, vedado o uso de qualquer veículo similar, especialmente do tipo motoneta, triciclo e quadriciclo;

III - apresentar alça metálica traseira à qual possa se segurar o passageiro;

IV - possuir todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de trânsito;

V - possuir cano de escapamento revestido com proteção metálica apropriada;

VI - apresentar ano de fabricação inferior a 03 (três) anos para o início das atividades de moto-táxi e inferior a 5 (cinco) anos enquanto no exercício das atividades;

VII - estar acompanhadas de dois capacetes de segurança, com viseira, com pouco tempo de uso e plenas condições de segurança;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU PODER EXECUTIVO**

VIII - submeterem-se a vistorias sempre que determinado pelo Município;

IX - apresentar adesivo padrão, na cor branca, com a inscrição *moto-táxi* e o número do moto-taxista, apostos visivelmente nas laterais do tanque de combustível da motocicleta;

X - identificação no instrumento de autorização procedido pelo Município, e

XI - inscrição no DETRAN/PA como veículo de aluguel e a respectiva identificação com placa de cor vermelha.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO NÚMERO DE MOTO-TAXISTAS**

Art. 5º O número de autorizações para o exercício da atividade autônoma de moto-taxista será fixado mediante Decreto, do Chefe do Poder Executivo, levando-se em conta a demanda estimada dessa atividade no Município, e não poderá exceder a um veículo para cada 1.000 (mil) habitantes no Município.

§ 1º Para verificação do número de habitantes do Município, será utilizado o mesmo índice estatístico fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para cálculo das cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios.

§ 2º Cada vaga de moto-taxista será numerada seqüencialmente, a partir do número 01 (um), devendo cada autorização concedida pelo Município corresponder a um número, o qual será apostado na credencial do moto-taxista autorizado e no moto-táxi, servindo para o controle e fiscalização do Município, das demais autoridades competentes e dos próprios passageiros.

### **CAPÍTULO V**

#### **DO PROCEDIMENTO PARA A OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO**

Art. 6º Para obter a autorização para o exercício da atividade de moto-taxista, o interessado deverá apresentar perante o Município requerimento próprio, acompanhado dos seguintes documentos, em original e cópia simples, ou cópia autenticada:

I - cédula de identidade;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU**  
**PODER EXECUTIVO**

---

II - CPF;

III - título de eleitor, acompanhado da respectiva certidão de quitação com a justiça eleitoral;

IV - comprovante de residência;

V - Carteira Nacional de Habilitação vigente e compatível com a motocicleta a ser utilizada na atividade de moto-táxi há pelo menos 02 (dois) anos;

VI - exame atual de sanidade física e mental;

V - Certidões Negativas de Distribuição e Execução Criminal do foro local; e

VI - documento de propriedade da motocicleta, dentro das especificações descritas nesta lei, com Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo registrado no Estado do Pará ou contrato de leasing ou financiamento da motocicleta em seu nome.

Art. 7º Desde que não tenha sido atingido o número limite de autorizações possíveis no âmbito do Município, a que se refere o Capítulo IV desta lei, e tendo o interessado apresentado toda a documentação exigida no artigo anterior corretamente, o Município passará à vistoria da motocicleta para aferição do atendimento aos requisitos previstos nos itens I a VII do art. 4º desta lei.

Parágrafo único. Havendo dúvidas quanto à documentação apresentada ou quanto ao atendimento dos requisitos pela motocicleta em si, o Município poderá requisitar ao interessado a apresentação de documentos suplementares e/ou a realização de uma vistoria da motocicleta em empresa especializada, às expensas do interessado.

Art. 8º Superada a análise da documentação e da motocicleta, estando preenchidos os requisitos previstos na lei, o Município fornecerá ao interessado uma autorização prévia para o exercício da atividade de moto-taxista, para o fim de apresentação perante o DETRAN/PA, como requisito à obtenção naquele Departamento da qualificação de veículo de aluguel e da respectiva placa vermelha para a motocicleta.

Art. 9º De posse da autorização prévia a que se refere o artigo anterior, o interessado deverá dirigir-se ao DETRAN/PA para



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU PODER EXECUTIVO

providenciar a qualificação de sua motocicleta como veículo de aluguel e a respectiva colocação da placa vermelha.

Art. 10. No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da emissão da autorização prévia, o interessado deverá apresentar novamente a motocicleta ao órgão de trânsito do município e comprovar inscrição no DETRAN/PA como veículo de aluguel e a respectiva identificação com placa de cor vermelha, conforme previsto no item XI do art. 4º.

Parágrafo único. Havendo justo motivo, a critério e julgamento da administração municipal, o prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado, mediante requerimento administrativo devidamente fundamentado do interessado.

Art. 11. No mesmo prazo de 5 (cinco) dias, o interessado deverá apresentar ao Município cópia de apólice de seguro por acidentes pessoais (morte acidental e invalidez por acidente) para cobertura durante o exercício das atividades de moto-táxi, em favor do moto-taxista e dos passageiros.

Parágrafo único – Caso a apólice de seguro de que trata o caput não esteja disponível ao interessado naquele prazo, deverá ele apresentar perante o órgão de trânsito do município, no mesmo prazo de 5 (cinco) dias, cópia da proposta de seguro firmada naquelas condições, acompanhada de comprovante de pagamento da primeira parcela, ficando obrigado a apresentar nos 30 (trinta) dias subseqüentes a cópia da respectiva apólice.

Art. 12. Tendo preenchido todos os requisitos anteriores, atendidas as demais obrigações legais, o interessado estará apto a obter a autorização definitiva do município para exercer a atividade de moto-taxista no âmbito do Município, providenciando-se:

I - a assinatura de Termo de Autorização, contendo a qualificação do moto-taxista, os dados relativos ao seu moto-táxi, o número da autorização, o ponto em que irá atuar, a forma de fixação da tarifa, os direitos e as obrigações do moto-taxista, as prerrogativas do Município e os direitos dos passageiros e as demais cláusulas e condições que se fizerem necessárias;

II - a expedição de alvará para o exercício da atividade particular de transporte individual de passageiros por meio de motocicleta de aluguel no âmbito do Município de Anapu; e



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU**

### **PODER EXECUTIVO**

III - a confecção da credencial para o moto-taxista e dos adesivos que devem ser apostos nas laterais do tanque de combustível do moto-táxi.

Parágrafo único. A autorização de que trata a presente lei tem caráter precário, podendo ser revogada a qualquer momento, unilateralmente, pelo Município por motivo de interesse público, ou a requerimento do moto-taxista, desde que compareça perante o Município para formalizar o interesse na revogação e quitar os compromissos fiscais e legais pendentes.

Art. 13. Se o limite de autorizações para o exercício da atividade no Município já tiver sido atingido ou se, por qualquer outro motivo, o interessado não obtiver a autorização pleiteada, a decisão denegatória do Município deverá ser devidamente fundamentada pela autoridade competente.

Art. 14. O procedimento de que trata este capítulo é de competência do Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN e deve ser desde o início autuado, numerado e, ao final, arquivado pelo Município, sendo que as comunicações e notificações ao interessado durante o procedimento deverão ser realizadas por escrito e entregues por servidor público municipal ou por via postal, com aviso de recebimento.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DAS OBRIGAÇÕES DOS MOTO-TÁXISTAS E DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO**

Art. 15 - São obrigações dos moto-táxistas:

I - cumprir e fazer cumprir o disposto na presente lei, na legislação de trânsito, nas normas complementares e no respectivo termo de autorização;

II - observar e executar as ordens e diretrizes emitidas pelo Município, especialmente pelo Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN;

III - manter rigorosamente atualizados no Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN, todos os dados relativos ao moto-taxista e à sua motocicleta, informando imediatamente qualquer alteração nas informações constantes do termo de autorização e/ou da credencial;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU**  
**PODER EXECUTIVO**

---

IV - observar a tabela de tarifas fixada para cobrança dos serviços dos passageiros;

V - responsabilizar-se pelas infrações cometidas no exercício das atividades;

VI - manter atualizados e remeter, dentro dos prazos estabelecidos, os relatórios e dados exigidos pelo órgão fiscalizador;

V - utilizar-se única e exclusivamente da motocicleta credenciada pelo Município no exercício de suas atividades;

VI - manter a motocicleta sempre revisada e em plenas condições de uso, substituindo-a quando atingir o limite máximo de 5 (cinco) anos de fabricação, ou quando, antes desse prazo, não estiver mais em boas condições de uso e de segurança, adequando-a aos parâmetros exigidos por esta lei;

VII - manter, além do seguro obrigatório, permanentemente seguro de acidentes pessoais, que estabeleça indenizações por morte acidental e invalidez por acidente em favor do moto-taxista e dos passageiros para cobertura durante o exercício das atividades de moto-táxi

VIII - facilitar a fiscalização das atividades pelo Município ou seus prepostos, permitindo o seu livre acesso às motocicletas, instalações e documentos relativos ao exercício das atividades;

IX - trajar uniforme ou identificação padrão, conforme modelo determinado pelo Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN;

X - fornecer gratuitamente capacete de segurança, com viseira, para uso do passageiro durante o transporte, negando-se a transportar o passageiro que não observar as normas de segurança, sob pena de responsabilização do próprio moto-taxista, bem como balaclava (touca descartável), sempre que solicitado pelo passageiro;

XI - não adaptar ao veículo qualquer equipamento que não seja permitido pela legislação de trânsito e pela regulamentação das atividades pelo Município;

XII - não transportar passageiros que estejam trajando vestuário impróprio para a utilização de motocicleta como meio de transporte, conforme a legislação de trânsito (CONTRAN);



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU PODER EXECUTIVO

---

XIII - não transportar criança menor de 7 (sete) anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança;

XIV - atender com rigor à legislação de trânsito no exercício das atividades, especialmente no que toca às condições pessoais do condutor, às condições da motocicleta, às normas de segurança e de circulação no trânsito, respeitando sempre os limites de velocidade;

XV - não transportar mais de um passageiro simultaneamente no moto-táxi, conforme a legislação de trânsito;

XVII - manter o asseio pessoal e a higiene e limpeza do moto-táxi, de forma a proporcionar adequados serviços aos usuários;

XVIII - portar consigo a credencial fornecida pelo Município sempre que estiver em atividade, sendo obrigatória a sua apresentação quando solicitada por agente do Município ou por agente da Polícia Militar;

XIX - tratar os usuários, os pedestres e os demais motoristas no trânsito com urbanidade e respeito;

XX - submeter a motocicleta às vistorias, inspeções ou revisões sempre que determinadas pelo Município, arcando o moto-taxista com as respectivas despesas;

XXI - submeter-se, às suas expensas, a cursos relacionados ao trânsito, sempre que determinado pelo Município, bem como a exames médicos e avaliações psicológicas quando exigidos pelo Município;

XXII - apresentar ao Município a documentação que lhe for requisitada para atualização dos dados cadastrais ou para verificação do atendimento aos requisitos para o exercício das atividades de moto-taxista;

XXIII - dirigir o veículo de modo a proporcionar segurança e conforto aos usuários;

XXIV - manter a velocidade compatível com o estado das vias, respeitando os limites legais;

XXV - não transportar qualquer tipo de encomenda ou bagagem, ressalvadas aquelas que, salvo com conhecimento da procedência da mesma ou mediante termo de declaração, ressalvadas aquelas que,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU**  
**PODER EXECUTIVO**

concomitantemente, estejam acompanhando o passageiro transportado e sejam compatíveis com o transporte nesse tipo de veículo, não oferecendo risco de acidentes;

XXVI - não recusar passageiros, salvo alcoolizado, com bagagens proibidas ou portando substâncias inflamáveis e nos demais casos previstos nesta lei;

XXV - transitar com os faróis ligados;

XXVI - não dirigir alcoolizado ou sob o efeito de substâncias entorpecentes;

XXVII - portar tabela das tarifas em vigor, conforme modelo fornecido pelo Município;

XXVIII - recolher os tributos pertinentes nos prazos e condições fixados na legislação pertinente;

XXIX - formalizar perante o Município requerimento de revogação da autorização quando não houver mais interesse seu no exercício da atividade;

XXX - não transportar qualquer tipo de substância tóxica, entorpecente ou vedada pela legislação brasileira ou qualquer produto, material ou objeto que seja fruto de atividade delituosa;

XXXI - respeitar o número de vagas dos respectivos pontos de parada e estacionamento.

Parágrafo único. O seguro suplementar ao obrigatório, de que trata o item IX deste artigo, deverá ter valores mínimos de indenização de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada evento, morte ou invalidez do moto-taxista e morte ou invalidez do passageiro.

Art. 16. São prerrogativas do Município:

I - conceder com exclusividade a autorização para o exercício da atividade de transporte individual por moto-táxi, respeitado o número limite de autorizações previstas para o âmbito do Município e o pleno atendimento pelo interessado dos requisitos previstos na legislação pertinente;

II - exercer a plena e permanente fiscalização sobre os moto-táxis, sobre os moto-taxistas e sobre o exercício em geral das atividades, para



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU PODER EXECUTIVO**

verificação do atendimento aos requisitos de lei e do bom andamento das atividades;

III - requisitar a apresentação de documentos e do moto-táxi aos moto-taxistas para verificação do pleno atendimento à legislação pertinente

IV - determinar aos moto-taxistas a realização periódica de exames de sanidade física e mental e de cursos em geral relacionados a trânsito, às expensas dos moto-taxistas;

V - exigir a realização de vistorias ou inspeções veiculares periódicas nos moto-táxis, diretamente pelos agentes do Município ou por empresas particulares especializadas, custeadas pelos moto-taxistas;

VI - aplicar as sanções previstas em lei para o caso de infrações cometidas pelos moto-taxistas, inclusive com a cassação da autorização;

VII - firmar convênios com órgãos de trânsito e demais entes públicos pertinentes, especialmente com a Polícia Militar, para o exercício da fiscalização das atividades; e

VIII - revogar a qualquer tempo a autorização por relevante motivo de interesse público.

### **CAPÍTULO VII**

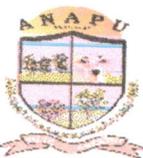
#### **DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES**

Art. 17. Compete ao Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN, proceder à fiscalização do fiel cumprimento das normas e preceitos relacionados ao exercício da atividade regulada nesta lei, ficando seus agentes investidos do poder de:

I - expedir notificações, advertências e multas aos infratores;

II - solicitar documentos aos moto-taxistas e proceder vistorias nos moto-táxis e pontos; e

III - encaminhar à chefia do departamento e aos demais entes públicos competentes, notícias de infrações para as providências legais pertinentes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU PODER EXECUTIVO

Parágrafo único. Para assistir e otimizar a fiscalização do Município, poderão ser firmados convênios com outros órgãos de trânsito e demais entes públicos pertinentes, especialmente com a Polícia Militar.

Art. 18. Independentemente da aplicação de outras sanções, de competência de outros entes públicos, a inobservância das obrigações previstas nesta lei e demais atos normativos expedidos sobre a matéria sujeitará o moto-taxista autorizado às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão da autorização para o exercício da atividade;

IV - cassação da autorização para o exercício da atividade;

Art. 19. Estarão sujeitas à pena de advertência as infrações cometidas em transgressão ao disposto no art. 15, incisos I, II, III, V, VI, X, XI, XII, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, e XXIX, desta lei.

Art. 20. Estarão sujeitas à pena de multa no valor equivalente a 5 (cinco) UFM (Unidade Fiscal do Município) as infrações cometidas em transgressão ao disposto no art. 15, incisos IV, VII e XVII, desta lei, e aquelas infrações cometidas em reincidência às infrações apenadas com advertência, descritas no artigo anterior.

Art. 21. O moto-taxista sujeitar-se-á à pena de suspensão da autorização para o exercício da atividade quando:

I - transgredir o disposto no art. 15, incisos VIII e IX;

II - o moto-taxista estiver em desacordo com o disposto no art. 3º;

III - o moto-táxi estiver em desacordo com o disposto no art. 4º;

IV - constar débitos fiscais do moto-taxista inscritos em dívida ativa, lançados em decorrência desta sua atividade;

Parágrafo único. A suspensão cessará apenas quando o infrator comprovar ao Município que tomou as devidas providências para sanar a respectiva irregularidade, a juízo do Município.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU PODER EXECUTIVO

Art. 22. O moto-taxista sujeitar-se-á à pena de cassação da autorização para o exercício da atividade quando:

- I - transgredir o disposto no art. 15, incisos XXX e XXXI;
- II - for autuado por mais de 3 (três) vezes em infrações sujeitas à multa descrita no art. 20;
- III - estiver com a autorização suspensa por mais de 3 (três) meses, quando autuado na forma do art. 21;
- IV - que for preso em flagrante delito ou condenado definitivamente em processo criminal por crime ou contravenção cuja reprovabilidade da conduta indique a inviabilidade do exercício da atividade, a juízo do Município.

Art. 23. Compete ao Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN a lavratura do auto de infração quando tiver conhecimento da transgressão à lei, fixando e aplicando desde logo a sanção correspondente.

§ 1º O infrator será notificado do auto de infração pessoalmente, por via postal ou, em não sendo localizado, por edital, dispondo de cinco dias para, querendo, apresentar de defesa ao DEMUTRAN, a qual não terá efeito suspensivo sobre a sanção aplicada.

§ 2º Caberá ao Diretor do Departamento de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN, apreciar a defesa eventualmente apresentada, sendo que acaso julgada procedente a defesa, o auto será julgado inconsistente e arquivado.

§ 3º. Em caso de pena de multa, o infrator disporá do prazo de 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento, por guia a ser retirada no Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN.

§ 4º. Caso o infrator não efetue o recolhimento da multa no prazo fixado no parágrafo anterior, o valor correspondente será inscrito em dívida ativa, com as respectivas implicações legais.

§ 5º. Em caso de suspensão ou cassação da autorização para o exercício da atividade, o Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTRAN recolherá a credencial, suspendendo ou cancelando o respectivo alvará do infrator, e comunicará o fato às demais autoridades competentes, especialmente a Polícia Militar e o DETRAN/PA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU**  
**PODER EXECUTIVO**

---

**CAPÍTULO VIII**

**DOS PONTOS E DAS TARIFAS**

Art. 24. A localização dos pontos será regulada por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, tendo em vista o interesse público, de forma a atender a demanda e a conveniência dos passageiros, do trânsito e o projeto urbanístico da cidade, definindo ainda o número de moto-táxis por ponto e os demais detalhes pertinentes.

Parágrafo único – É proibido o embarque de passageiros nos pontos de ônibus e de táxi.

Art. 25. As tarifas cobradas no exercício das atividades de moto-táxi serão regulamentadas por ato do Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, com base nos custos da atividade, no fluxo e na demanda de passageiros e em função das características do sistema viário e de transporte do Município, buscando o equilíbrio entre o devido reembolso aos moto-taxistas pela atividade e a modicidade da tarifa para os passageiros.

**CAPÍTULO IX**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 26. Terá a autorização revogada aquele moto-taxista que deixar de exercer a atividade de que trata esta lei, sem justificativa ou sem comunicação prévia e expressa ao Município, por mais de 3 (três) meses, a critério do Município.

Art. 27. É rigorosamente vedado o exercício da atividade econômica de transporte individual de passageiros por motocicletas sem a autorização prévia do Município de que trata esta lei, configurando-se como contravenção penal de exercício irregular de atividade, prevista no art. 47, do Decreto-lei nº 3.688/41, sem prejuízo de outras sanções pertinentes.

Art. 28. Os moto-taxistas deverão esforçar-se no sentido de constituir, o mais breve possível, uma entidade de caráter associativo, a fim de fomentar a integração da categoria, facilitar a fiscalização do exercício das atividades pelo Poder Público e promover a otimização e a regulação das atividades de moto-táxi no Município.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPU**  
**PODER EXECUTIVO**

---

Art. 29. A presente Lei não prejudicará o direito adquirido, em função da legislação anterior, pelos atuais prestadores de serviço de moto-táxi, que terão preferência na obtenção da autorização de que trata a presente Lei.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 27 dias do mês de setembro de 2010.

**Francisco de Assis dos Santos Sousa**  
Prefeito de Anapu